

ATA DA 066ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente. É com muita honra que anunciamos a vinda ao Parlamento catarinense do Grupo Amizade, do bairro Fortaleza, de Blumenau. São 42 pessoas que fazem parte desse grupo, entre homens e mulheres, os quais vieram visitar a capital do estado de Santa Catarina.

Ao grupo desejamos boas-vindas, sr. presidente.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar as pessoas anunciadas pela deputada Ana Paula Lima e fazer o registro da presença nesta Casa de outras lideranças, inclusive de lideranças do PT. Sejam bem-vindas. Também queremos cumprimentar todos que acompanham esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente e srs. deputados, público que acompanha esta sessão, gostaria de dizer que dá gosto vir aqui para falar de um resultado de trabalho parlamentar que salva vidas, como aquela lei de minha autoria, que aprovamos, derrubando o veto, aquela lei que dá garantia da parturiente em alto risco ser atendida em hospital particular, quando não tem vaga no SUS, num raio de 200km.

Tenho a grata satisfação de vir a esta tribuna hoje, novamente, para falar de uma atividade parlamentar, de autoria deste deputado, que vai salvar vidas. Em 2011, entramos com um projeto de lei nesta Casa, o Projeto de Lei n. 0056/2011, que instituía a criação de grupos locais de prevenção, combate a acidentes e catástrofes, nos municípios de Santa Catarina.

Eu à época era o presidente da comissão de Proteção Civil, desta Casa, e tinha ido buscar algumas referências de proteção civil. E antes de passarmos pela última enchente que arrasou Rio do Sul e tantas outras cidades, ouvi que nos Estados Unidos há uma experiência que é conhecida como *Community Emergency Response Team*, time responsável pelas emergências, feito na Califórnia, pelo Corpo de Bombeiros, na cidade de Los Angeles, em 1985. Esse time preparado é responsável para fazer o primeiro atendimento em

uma catástrofe, antes mesmo da chegada dos órgãos, seja da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros ou Polícia Militar.

Acredito, deputados, que a informação e a formação ainda é a melhor arma para combater, tanto preventivamente como na hora do acidente, na questão de desastres naturais ou da defesa civil.

Quando eu fui aos USA, vi como funcionava, então, trouxe a ideia para colocarmos aqui. Entrei com esse projeto, e o deputado na comissão de Constituição e Justiça, o nobre deputado Dirceu Dresch, fez uma emenda substitutiva global. E para não ficar solta a ideia da criação desse grupo, ele, muito inteligentemente, colocou dentro da Lei n. 15.953/2013.

(Passa a ler.)

“Dispõe sobre o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC) e estabelece outras providências.”

Colocou dentro das responsabilidades da estrutura desse sistema de proteção e defesa civil do estado de Santa Catarina o art. 6º. O primeiro item da estrutura era o órgão central, o órgão consultivo, órgãos regionais, secretarias regionais. O órgão quatro eram os órgãos municipais, Defesa Civil. O quinto eram os órgãos de apoio. E agora o sexto que está entrando cria os núcleos comunitários de proteção e defesa civil, obedecendo, inclusive, à legislação nacional.

Esse núcleo será criado por grupos voluntários, comunitários, organizados em distritos, vilas, povoados, bairros, quarteirões, edificações de grande porte, escolas e distritos industriais, que funcionam como elos entre a comunidade e o governo municipal, através da COMPDEC, com o objetivo de reduzir desastres e de promover a segurança da população.

Em uma das viagens que fizemos em relação à defesa civil ainda, fomos ao Japão, logo após aquele tsunami. E cada vez mais acreditei nesses núcleos, deputado Sargento Amauri Soares, por conta da informação que havia ali.

Imaginem, na praia dos Ingleses, de repente o mar secar. Ora, iríamos correr para pegar tatuíra. Isso aconteceria, porque não fomos ensinados absolutamente nada em relação à tsunami.

Então, não houve uma tragédia maior naquele tsunami no Japão, porque quando as crianças das escolas começaram a ver o mar secando, lembraram-se do que tinham aprendido: que quando o mar seca é porque vem uma onda maior, e eles tinham que correr para a parte mais alta. E as crianças das escolas correram para um morro e salvaram-se. Agora, se fôssemos nós, como falou o deputado Sargento Amauri Soares, iríamos pegar tatuíra, nem imaginariamos que isso aconteceria.

Quero agradecer aqui ao deputado Dirceu Dresch e à deputada Angela Albino, pelo parecer favorável. Tenho certeza de que na comissão de Turismo e Meio Ambiente será aprovado, e logo estaremos trazendo para o Plenário esse meu projeto de lei que cria os núcleos comunitários de proteção civil em todas as cidades, que serão formados pelo Corpo de Bombeiros e pelas entidades que estão envolvidas na questão de defesa civil.

O meu sonho, deputado Gilmar Knaesel, é que a matéria proteção e defesa civil fosse parte do currículo escolar, para que as crianças pudessem aprender o que é proteção e defesa civil, desenvolver a consciência de não fazer mais construções nas barrancas dos rios, e as prefeituras não liberarem construções em áreas alagadiças. E até sobre isso faço um registro que a secretaria de Desenvolvimento Sustentável do estado de Santa Catarina entregou para os 295 municípios o levantamento aéreo fotogramétrico, que mostra quais são, numa possível enchente, as áreas alagadiças que porventura existem em qualquer dos 295 municípios catarinenses.

Entendo que proteção e defesa civil são feitos com informação, tecnologia e com esses levantamentos, mas principalmente com o envolvimento da comunidade. Mas o que vejo nessas tragédias, deputada Ana Paula Lima? Vemos muitos voluntários querendo fazer alguma coisa, mas

poucos formados ou informados do que se deve fazer.

Então, precisamos pegar essa voluntariedade, esse movimento voluntário que tem no DNA do catarinense, formá-los, para que no momento de qualquer tipo de tragédia possamos ter a força do voluntariado, mas formado. E, agora, com a aprovação dessa lei, poderemos ter os núcleos comunitários de proteção e defesa civil, em todos os municípios, quarteirões e lugares, para que possamos estar preparados para qualquer tipo de procedimento ou de tragédia natural.

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Boa-tarde!

Eu quero anunciar a presença do prefeito de Benedito Novo, sr. Osnir Floriani, acompanhado com o secretário da Administração e Finanças e o sr. Luiz. Agradeço suas presenças aqui, nesta Casa, hoje.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado deputado. Sejam bem-vindos.

Agradeço mais uma vez por esse momento tão importante da produção legislativa que fazemos e que com certeza salva vidas. E essa é mais um desses momentos especiais do meu mandato, de poder estar falando de algo tão importante como a criação desses núcleos comunitários de proteção e de defesa civil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero mais uma vez agradecer o grupo Amizade, do município de Bombinhas, que nos está visitando.

Desejo boas-vindas a essas mulheres que fazem um trabalho muito alegre no município.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses, retorno a esta tribuna para mais uma vez comentar, falar, dar mais um passo na luta que estamos travando há diversos anos em relação à implantação de um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul, em Concórdia.

A universidade federal da Fronteira Sul é a segunda universidade criada em Santa Catarina. Inicialmente, tínhamos a Universidade Federal com sede em Florianópolis, e 50 anos depois surgiu a Universidade Federal da Fronteira Sul, cuja reitoria está em Chapecó.

Para a criação dessa universidade muitos anos foram levados de debates, principalmente foi uma universidade que nasceu a partir do movimento social, do movimento popular, que pautou isso como prioridade. Fizeram inúmeras lutas, eventos, organizações, para que ela se tornasse realidade. Não foi, portanto, uma universidade nascida de cima para baixo, mas foi construída a partir da luta social.

Lembro-me da primeira visita do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Santa Catarina. Esta visita foi ao município de Concórdia, onde fazíamos um evento relacionado à agricultura familiar. Foi a primeira vinda do ex-presidente, como presidente, a Santa Catarina. Passou por Itajaí e foi a Concórdia. E lá naquele grande evento os estudantes tinham uma faixa que dizia: "Queremos uma universidade federal no oeste de Santa Catarina".

Lembro-me, inclusive, que o presidente falou comigo no bastidores de que então deveríamos lutar para isso. E depois se referiu, no discurso dele, à faixa. E disse, se vocês querem, lutem por isso. E isso foi levado adiante, a ponto de que posteriormente foi então finalmente criada a Universidade Federal da Fronteira Sul. Uma universidade que mudou a geografia do ensino

superior público e gratuito em Santa Catarina, criada a partir desse movimento do oeste de Santa Catarina, de uma parte do Rio Grande do Sul e de uma parte do Paraná. E naquela ocasião também pleiteávamos que Santa Catarina tivesse, quem sabe, três campus. Mas a divisão ficou com dois campus no Paraná, dois no Rio Grande do Sul e um em Santa Catarina que ficou com a sede. Mas lá ficou o desejo de que ela tivesse expansão. E a região de Concórdia, da qual naquela ocasião eu estava como prefeito, já a partir daquela instalação, daquela conquista da criação, intensificou e fortaleceu o movimento para ter um campus em Concórdia.

Prosseguimos com esta luta em diversas ações e movimentos. Estivemos com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, no ano passado, quando ele esteve em Florianópolis, também conversamos, e depois fomos com uma comitiva da comunidade regional de Concórdia, com apoio da ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, das nossas bancadas federais, especialmente a do PT, juntamente com o prefeito de Concórdia, e entregamos um projeto elaborado pela prefeitura, que encaminha a prioridade no campo das engenharias, um projeto para instalação de um núcleo da universidade voltado prioritariamente para a área de Engenharia.

Essas ações foram resultando em apoios populares. E hoje a comunidade regional do alto Uruguai está extremamente mobilizada. Dezenas, centenas e milhares de assinaturas já foram colhidas. Houve inúmeras manifestações. E tenho comigo parte dessa história. São cópias de Câmaras de Vereadores, de estudantes, de lideranças regionais, que manifestam o desejo da criação dessa universidade. E acredito que os passos que foram dados consolidaram de forma muito forte esse desejo da expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Queremos ampliar para mais campus em Santa Catarina. E temos outras regiões que também têm esse desejo, mas de imediato queremos pelo menos mais dois campus. Esse da cidade de Concórdia tem

já o projeto entregue, a análise já feita, a articulação com a reitoria da Universidade Federal da Fronteira Sul, que está acompanhando, dando apoio aos debates, às discussões.

Agora, recentemente quando da realização da Expo Concórdia 2013, estava presente a universidade, mostrando seus trabalhos. Já existem articulações, ações com a comunidade de Concórdia em alguns cursos.

Portanto, já foram dados os passos necessários nessa longa luta para criar esse campus da Universidade Federal da Fronteira Sul em Concórdia. O que esperamos é a concretização oficial disto, o anúncio oficial. Sabemos que fazer essa caminhada longa, chegar até a porta e não entrar não terá valido a pena. Mas essa longa caminhada feita vai valer a pena, porque temos a certeza de que será criado esse campus da universidade em Concórdia. Sei que ainda faltam alguns passos, e eu até diria que o passo maior que falta é o anúncio oficial, porque o restante que era preciso ser feito já foi realizado. Mas continuamos mobilizados com a comunidade regional, continuamos coletando assinaturas.

Já me referi ao evento da Expo Concórdia, porque durante todos os dias desse evento houve continuidade de coleta de assinaturas, portanto, estamos com o caminho meio andado. Há inclusive perspectivas de que no próximo ano, talvez no segundo semestre, possamos ter já iniciados os cursos. E quanto antes melhor, mas o importante é que se tenha a efetiva criação desse campus. Acho que temos que ter com certeza mais movimentação, mas estamos confiantes de que o ministro da Educação e a própria presidente Dilma Rousseff possam tomar essa decisão.

Estamos prestes a ter uma decisão importante para a região do vale do Itajaí que não tem universidade federal e que vai ter o seu campus. Deverá ser oficializado isso. E eu até acho que é importante já anunciar também a expansão para a cidade de Concórdia, a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul, respeitadas as questões regionais, que são parecidas.

Acho que Santa Catarina merece mais campus da Universidade Federal. É preciso ampliar. E no caso específico dessa luta que temos travado em benefício de Concórdia, sabemos do apoio da comunidade regional, do município que já colocou a estrutura necessária para fazer essa parceria, do projeto que já está em mãos do ministro da Educação Aloizio Mercadante, do apoio da ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, do apoio dos nossos deputados federais, que se têm feito presentes, especialmente o deputado Décio Lima, deputado Pedro Uczai, a deputada Luci Choinacki, e outros deputados que sei vão se manifestar.

Não ouvi nenhuma manifestação contrária de nenhum deputado federal da bancada catarinense, pelo contrário.

Dias atrás, inclusive, falamos sobre esse assunto com o governador do estado em Concórdia, quando estivemos no *stand* da Universidade Federal da Fronteira Sul, e ele se comprometeu também de nos ajudar de alguma forma nessa luta.

Então, acho que estamos bem encaminhados. Falta o anúncio oficial e vamos continuar lutando para isso. Quem sabe possamos, o quanto antes possível, ter esse anúncio e concretizar esse grande sonho da comunidade regional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu vou declinar de usar a palavra agora porque vou utilizar a tribuna no horário do partido.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero fazer um agradecimento à deputada Ana Paula

Lima, que me concedeu este espaço para falar ainda em Breves Comunicações na sessão de hoje.

Mas, sr. presidente, ontem comentávamos aqui sobre um levantamento que o economista da *Folha de S.Paulo* publicou na semana passada exatamente sobre o crescimento que o Brasil teve nos últimos anos, e também na década de 2000 a 2010. E mostramos alguns números em que o Brasil foi o país que menos cresceu da América Latina.

Naturalmente que isso tem uma repercussão direta sobre o emprego, deputada Ana Paula Lima. É natural que, se o desenvolvimento econômico estiver retraído, a oferta de emprego será menor, bem como a qualidade e o valor do emprego passam a ser cada vez menores. E isso naturalmente que tem repercussão sobre a qualidade de vida das pessoas.

Então, vejam que o país que facilitou, na última década, a entrada indiscriminada de produtos estrangeiros da China - e não somente da China, mas também da Europa e dos Estados Unidos... E é evidente que isso gera empregos lá e significa uma exportação das nossas divisas.

Hoje faço uma análise exatamente sobre uma matéria que a *Folha de S.Paulo* traz sobre a questão do emprego, e por que, hoje, a oferta de emprego está cada vez menor.

Se o nosso desenvolvimento econômico nos últimos anos está na faixa dos 2%, isso meramente substitui o crescimento vegetativo do país. O nosso crescimento populacional ultrapassa os 2%, e um desenvolvimento de 2,2%, 2,3% meramente absorve esse crescimento vegetativo.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Serafim Venzon, nesses últimos dez anos o Brasil mudou muito e está sendo respeitado internacionalmente. Saímos de um salário mínimo de menos de US\$ 100,00 e estamos a quase US\$ 300,00.

Foram garantidos 20 milhões de novos empregos no Brasil, 40 milhões de pessoas saíram da linha da miséria. O Brasil cresceu bastante! Por isso, estamos dizendo que mudou bastante.

Na última pesquisa, como mencionava na semana passada, falou-se que o Brasil está tendo um IDH maravilhoso nas cidades catarinenses, na sua Brusque, que a longevidade aumentou significativamente. Isso também quer dizer que o povo brasileiro está vivendo mais, com melhor qualidade de vida e com a garantia do emprego que foi gerado nos últimos dez anos pelo governo do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Lembro-me muito bem de que em 1992, 1993, na condição de vice-prefeito na cidade de Brusque, o salário mínimo era de aproximadamente US\$ 60 e que o sonho do prefeito é que pudesse pagar todos os funcionários da prefeitura pelo menos o mínimo de US\$ 100.

Em 1994, houve a eleição presidencial e tivemos um conjunto de reformas que modificaram muito o Brasil. Essas mudanças que tivemos a partir do governo de Fernando Henrique e todas as mudanças que foram feitas nesse governo nenhuma delas foi apagada, não se colocou nenhum ponto para anular qualquer decisão que o governo Fernando Henrique fez. E o desenvolvimento que o Brasil teve, seguramente, se deve ao conjunto dessas reformas e à manutenção delas no governo Lula e agora também no governo de Dilma Rousseff.

No entanto, ultimamente, no nosso entender, o governo foi estéril em novas proposições ou para novas proposições no sentido de se readequar a novas situações. Ou seja, faltou acrescentar àquele conjunto de reformas do governo Fernando Henrique algo tão importante.

Nos últimos oito anos, dez anos, o que tivemos essencialmente foi o incentivo ao consumo. O desenvolvimento que tivemos recentemente ou que temos ainda, esses 2%, imagino que seria menor ou até negativo, se não fosse o estímulo ao consumo, que é importante, mas deveria ter havido algumas outras decisões importantes para, além do estímulo ao consumo, promover a nossa indústria.

O Brasil passa por um processo de desindustrialização. Nós estamos importando demais. Não estamos dando o estímulo; não estamos incentivando as nossas iniciativas, os nossos empreendedores, justamente para que esses produtos todos que consumimos no Brasil sejam de fato produzidos aqui.

Então, seguramente, hoje a qualidade de emprego, a oferta de emprego deveria ser maior e poderia ser muito mais, se tivéssemos tomado um conjunto de decisões não apenas ligadas ao consumo que é excessivo.

Estamos com a população devendo de toda maneira, devendo na loja, porque compra a geladeira em 40 vezes, 50 vezes, compra o carro em 40 vezes, 50 vezes. Tudo que compra faz em dezenas de vezes para que possa consumir. Esse processo transformou uma multidão de brasileiros em devedores que muitas vezes tornam-se incapazes de novas iniciativas, além disso, desestimulou a nossa indústria.

Por isso, então, o maior bem que cada família tem é justamente o emprego. No emprego o cidadão busca o sustento da sua família. Hoje, o governo muitas vezes dá incentivos à implantação de indústrias novas, no entanto, as indústrias já existentes são altamente taxadas tributariamente, delas se cobra um exagero. Concede-se grandes, inúmeros benefícios às indústrias que aqui vêm se implantar e esquecem as já implantadas.

A sobrevivência e um pequeno crescimento das empresas já implantadas poderia significar muito. Então, é importante uma reforma tributária efetiva em que se poderia cobrar menos, para cobrar melhor de todos.

Hoje, apesar de o crescimento ser pequeno, de a oferta de emprego ser pequena, o recolhimento de impostos em todos os níveis - municipal, estadual e federal - aumentou muito. O governo continua arrecadando muito, mas é pela força de uma pressão tributária e não pelo incentivo que devia ser dado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria de fazer o registro, com satisfação, da presença do prefeito de Quilombo, Neuri Brunetto, tratando de assuntos de interesse do município junto a diversos órgãos da esfera estadual e também mantendo contatos e articulações com os deputados nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário dos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que nos acompanha, ontem mesmo já começávamos a coleta de assinaturas para um requerimento no sentido de instalarmos aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurarmos as denúncias feitas pela imprensa, pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas, sobre os desmandos e desvios dos recursos da Celesc.

Eu quero reavivar a memória do quanto é grave esse problema. E vamos passar agora uma pequena reportagem para quem não teve oportunidade de acompanhar para que o façam neste momento.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Não precisamos falar mais nada diante das denúncias que são gravíssimas. E este Parlamento tem a função de zelar pelo patrimônio público.

A Celesc é uma empresa estratégica para o desenvolvimento do nosso estado, e nesse caso defender a Celesc é defender o povo catarinense. Nós vamos acabar com esse desmanche na Celesc. E nós do Parlamento catarinense precisamos de uma atitude. Por isso, juramos zelar pelo bem público também.

As denúncias são graves. Há muito tempo já denunciava nesta tribuna. E agora temos a

oportunidade de instalarmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Por isso, peço a assinatura dos 40 deputados. É um problema gravíssimo! Está aí o desvio de recursos na ordem aproximada de R\$ 6 bilhões, enquanto o nosso povo está sofrendo com os apagões no estado, com as quedas de energia. Chegam reclamações a todo momento para este Parlamento, nos gabinetes. Nós temos a oportunidade de apurar isso, colocar a limpo a defesa da Celesc como um patrimônio público. E não podemos estar de acordo com o que os funcionários da diretoria da Celesc estão fazendo, sucateando essa empresa, deixando desviar recursos dessa natureza.

Por isso, a Comissão Parlamentar de Inquérito faz jus à instalação neste...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, ocupo este espaço, hoje, para tratar de um tema que vem fazendo parte do nosso diário e que faz parte da preocupação de toda população catarinense, principalmente da Grande Florianópolis, que é a questão da mobilidade urbana. E nesse quesito temos várias ações que precisam ser implementadas, até porque é um conjunto de ações que vai trazer a solução da mobilidade urbana na grande Florianópolis, como não é diferente em outras regiões do estado.

Nesse sentido, como mais uma contribuição que nós como parlamentares podemos fazer, protocolei na semana passada um projeto de lei que cria o sistema cicloviário em Santa Catarina. Por isso, dirijo-me aos meus colegas parlamentares para que apoiem a aprovação desse projeto que visa

programar um sistema cicloviário em nosso estado, que obrigue nas novas rodovias que vierem a ser implementadas ou naquelas que vieram a ser revitalizadas criar no seu planejamento a obrigatoriedade de instalação de ciclovias segregadas. E quando essa rodovia passar por perímetro urbano que se instale calçadas para os pedestres, iluminação pública e que sejam dotadas de passarelas para a segurança das pessoas.

Essa é mais uma contribuição para a busca da melhoria da mobilidade urbana. Não é a única nem é a solução completa, mas sem dúvida nenhuma precisamos dar segurança para aquelas pessoas que optarem por esse meio de transporte, que além de ajudar na questão de uma vida saudável é um sistema de transporte não poluente e menos dispendioso ao bolso do consumidor. E se aos poucos criarmos ciclovias seguras, teremos daqui a pouco aqui no nosso estado uma rede de ciclovias que certamente, além de estimular as pessoas a passarem a utilizar esse meio de transporte, em detrimento do veículo particular, vai se constituir numa nova atração turística para as pessoas que vêm de fora de nosso estado e de outros países visitar Santa Catarina.

Eu tenho a certeza de que será muito prazeroso para os turistas que nos visitam poder visitar Santa Catarina de bicicleta. E nós mesmos aqui na grande Florianópolis, deputado Sargento Amauri Soares, vamos num dia de domingo ensolarado pegar a nossa bicicleta e visitar, por exemplo, São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos, Biguaçu, com as nossas famílias. É longinquo, mas além de ser prazeroso você estará fazendo um belo exercício, e nós precisamos nos exercitar para manter a nossa saúde. Vamos de bicicleta e voltaremos de táxi, deputado Taxista Voltolini, mas certamente não viremos de ambulância.

Essa proposta faz todo sentido, porque precisamos encontrar maneiras de desestimular o uso do veículo próprio, porque temos aqui em Santa Catarina, felizmente, um poder aquisitivo bastante elevado, que faz com que a população acabe adquirindo seus veículos.

Assim, para encerrar, solicito apenas o apoio dos colegas deputados para a aprovação desse importante projeto. Que nós consigamos aprová-lo ainda antes do dia 22 de setembro, quando teremos o Dia Mundial sem Carro e, assim, teríamos a oportunidade de poder fazer uma mobilização a respeito de mobilidade urbana, como propusemos, ontem, na reunião da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, para na semana do dia 18 a 22 de setembro discutirmos esse assunto aqui na Assembleia, já que temos a política nacional de mobilidade urbana, que cria a obrigatoriedade para que todos os municípios de Santa Catarina implementem seus planos no prazo de três anos, que se encerra no ano que vem.

Portanto, temos que, como parlamentares, estimular os municípios a regularizar essas políticas, no âmbito de seus municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes)- Dentro do horário do PMDB, com a palavra o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação podermos voltar à tribuna neste Parlamento para que, através das ondas da Rádio Alesc e do sinal da TVAL, podermos trazer alguma informação da região que representamos nesta Casa, que é do povo de Santa Catarina.

Na última quinta-feira tivemos o privilégio de receber na cidade que represento e moro, em Ibirama, a presença do sr. governador, num evento da Associação Comercial Empresarial daquela cidade, onde durante a semana aconteceu a feira de negócios, onde houve a amostra de tudo aquilo que é construído, de tudo aquilo que é criado, de tudo aquilo que é fabricado no município de Ibirama. E através da Associação Comercial e Industrial de Ibirama conseguimos fazer esse trabalho. Obviamente que esse trabalho foi evoluído com a prefeitura municipal daquela cidade, junto com a

secretaria de Desenvolvimento Social e de Desenvolvimento Urbano.

Na última sexta-feira, tivemos a posse da nova Presidência da associação comercial daquela cidade, presidida pelo empresário Gilmar e toda equipe eleita.

Quero aqui dizer aos companheiros e às companheiras que estão nos ouvindo e também aos nossos colegas deputados e deputadas da importância que tem hoje no estado de Santa Catarina e no Brasil o voluntariado.

Essas associações empresariais, como tantas entidades constituídas em nossos municípios, através do trabalho sem remuneração prestam um favor muito grande para essas cidades, no que tange o seu desenvolvimento tanto econômico quanto social e educacional.

Na cidade onde moro já tive o privilégio de ser prefeito por muitas oportunidades. Eu via como era importante quando a sociedade participava da gestão principalmente naquilo que entende a comunidade como prioridade.

Na última quinta-feira, o governador, na cidade de Ibirama, autorizou alguns atos importantes, como a reforma do Colégio Elizeu Guilherme que foi duramente afetado na enchente de 2010. E num trabalho que está sendo desenvolvido com a secretaria da Educação de Florianópolis, juntamente com a secretaria de Desenvolvimento Regional daquela região, conseguimos vencer todas as burocracias e construir um projeto para a reforma daquela unidade de educação.

Graças ao voluntariado e graças à generosidade conseguimos manter o ano letivo com o apoio da Udesc daquela cidade, que emprestou salas de aula, com o apoio da igreja católica, da igreja evangélica, que emprestaram seus salões paroquiais para que pudéssemos transformar em salas de aulas, dado o evento climático ocorrido em 2010, que destruiu parcialmente a escola Elizeu Guilherme. E na última quinta-feira o governador autorizou uma ordem de serviço, deputado Taxista Voltolini, na sua presença, com a presença do deputado Jean Kuhlmann. E quero de público agradecer a essa

determinação governamental de recuperar aquilo que deve ser recuperado.

Um dos assuntos muito recorrentes na cidade de Ibirama, e estamos tentando buscar um encaminhamento definitivo, é colocar a UTI do Hospital Waldomiro Colautti em atividade. Até agora essa UTI não está funcionando, porque faz parte de um dos hospitais da rede de Santa Catarina, ou seja, a secretaria de estado da Saúde é responsável pelo gerenciamento de 14 hospitais, e um desses 14 hospitais está localizado em Ibirama.

No ano 2006, aproximadamente, o governador Luiz Henrique da Silveira, através de uma determinação do hoje deputado Dado Cherem, na época secretário de estado da Saúde, foi construída a UTI do hospital, na época Miguel Couto e hoje Waldomiro Colautti, e o governador atual Raimundo Colombo, está determinado em fazer uma parceria, através de OS - Ordem de Serviço ou através da Fundação Hospitalar de Rio do Sul, para que se possa colocar definitivamente aquela unidade em funcionamento. Então, no próximo dia 21 de agosto, o governador Raimundo Colombo editará uma medida provisória que vai tratar especificamente da rede hospitalar de Santa Catarina.

Não posso adiantar aquilo que ainda está sendo gestado na área da saúde. Mas quero prestar contas do nosso mandato, da nossa interferência junto à secretaria da Saúde, junto ao gabinete do governador e do vice-governador, da necessidade urgente em colocar aquela unidade da UTI em funcionamento.

Portanto, gostaria de deixar registrado nesta Casa que o governo encontre solução para colocar definitivamente em funcionamento aquela Unidade de Terapia Intensiva, até porque somos cortados pela BR-470 e diariamente somos palco de acidentes de trânsito graves. A estrutura do nosso estado, as estruturas desse hospital têm que ficar pronta não só para receber os acidentados, mas também para receber as pessoas que residem nessa região.

Sr. presidente, foi nesse sentido que eu gostaria de enaltecer a preocupação do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, em buscar soluções para os problemas da saúde que afligem a cidade de Ibirama e região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos os catarinenses, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, primeiro quero parabenizar o deputado Aldo Schneider pela sua luta em todas as áreas, na questão da saúde, principalmente na região do alto vale do Itajaí, pois sabemos a forma firme como tem atuado nesta Casa Legislativa e dos resultados.

O governador Raimundo Colombo tem preocupação e determinação com relação à questão da saúde. Estudos estão sendo realizados, e como já disse o deputado Aldo Schneider, nesta tribuna, o governo do estado, nos próximos dias, vai editar uma medida provisória com uma série de ações para tentar resolver o problema, sempre procurando o que é melhor para a região, para a comunidade, e com certeza irá encontrar a solução, por exemplo, para o hospital de Ibirama.

Quero aproveitar a oportunidade para também registrar a presença, na nossa Casa, dos vereadores do município de Descanso: Márcio Maximino Bortoloto, Lenoir Luiz Povala e José Alberto Sachetti, bem como também da vereadora Cleuza da Parecida Maraffon Mazzardo. Eles vieram participar de um curso na capital do estado e aproveitaram para também vir à Assembleia Legislativa.

Este é considerado o mês dos advogados, pelo Dia do Advogado. Eu li, hoje, no jornal *Notícias*

do *Dia* uma matéria assinada pelo presidente estadual da OAB/SC, Tullo Cavallazzi Filho, intitulada "A advocacia, seus desafios e prerrogativas".

Nós, como advogado e colega, sabemos dos desafios dessa categoria de profissionais tão importantes para a administração da Justiça.

E na sua matéria o presidente Tullo Cavallazzi Filho diz:

(Passa a ler.)

"A Constituição de 1988, no artigo 5º, trata dos Direitos e Garantias Fundamentais e traz definição que ecoa os ideais mais caros das sociedades modernas: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O Judiciário é o responsável por fazer valer essas palavras. E o advogado é o profissional que recebe o chamado do cidadão e da sociedade para defender seus direitos perante a Justiça. Daí a atividade ter caráter de *múnus público*. A advocacia presta um serviço público e se caracteriza como essencial para a oferta do acesso à Justiça a todos os cidadãos.

Advogar não é, portanto, o simples exercer de uma profissão. O advogado cumpre uma missão - a de representar o cidadão, desde o mais poderoso ao menos favorecido, sem distinção, diante de quaisquer agressores.[...]

A OAB e todos os advogados catarinenses lutam pelo reconhecimento da essencialidade da atividade para promoção da Justiça.[...][sic]"

E como destaque nessa matéria do presidente Tullo Cavallazzi Filho consta o seguinte:

(Continua lendo.)

"É hora de a advocacia catarinense se manter unidade e adotar posições firmes e enérgicas em defesa da categoria."[sic]

Nós lemos esta matéria porque tínhamos em Santa Catarina um exemplo de Defensoria Pública que funcionava em nível de Brasil. O nosso estado era o único diferente dos outros estados, mas

aqui, efetivamente, era onde melhor funcionava a Defensoria, porque o cidadão, tanto no maior quanto no menor município, poderia procurar um advogado e ter a sua assistência judiciária.

Qual é o objetivo da Defensoria Pública? Dar assistência ao cidadão para que ele possa proteger os seus direitos constitucionais à vida, à liberdade e à propriedade. E não tendo condições de pagar o seu advogado, a Defensoria Pública, segundo a Constituição, tem essa obrigação de dar essa assistência.

Ora, no estado de Santa Catarina havia um sistema muito mais eficiente em que todos os advogados se colocavam à disposição e o estado fazia esse pagamento. Fazia com dificuldade? Fazia porque eram mais de dez mil profissionais à disposição dessa população que precisava de assistência judiciária.

Hoje temos 45 defensores públicos concursados no estado de Santa Catarina. E mesmo que tenhamos 200 ou 500 não vamos ter o número de defensores necessários para proteger os mais de seis milhões catarinenses.

O sistema que funcionava era em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil. E agora estamos acompanhando a dificuldade de a Justiça prover ao cidadão menos favorecido a sua defesa, porque os juízes têm que designar um defensor.

Temos 45 defensores públicos no estado de Santa Catarina. Como é que vamos agir com apenas 45 defensores? Vão ter que defender processo criminal, cível, de alimentos? Somente um defensor terá que defender e atuar em várias áreas? Com a Defensoria Dativa, com os advogados, tinha especialistas de cada área.

Então, o cidadão procurava, o advogado peticionava e depois o estado, através de valor fixado pela Justiça, recebia pelo serviço prestado.

Hoje, vemos os jornais criticando, claro! Tem que ter a Defensoria Pública, mas não é só o defensor, tem que ter estrutura, tem que ter prédio, tem que ter veículo, tem que ter computadores, assessores.

Então, precisa se criar mais uma estrutura. E para os interesses difusos, interesses de todos, interesses coletivos, temos o Ministério Público que faz uma defesa diária dos direitos do cidadão.

Assim, a criação da Defensoria Pública, na verdade, constata-se, como já foi dito, como era previsto, mais um órgão burocratizado, em que pese o esforço, a capacidade dos defensores que foram aprovados em concurso, o conhecimento jurídico, mas não tem condições de atender à demanda da sociedade catarinense. Dentro da sua capacidade de atuação tem, sim, um profissional competente e capaz, mas não tem condições de atender à demanda de toda a população, de toda a sociedade.

Então, infelizmente, essa criação foi um tiro no pé contra a sociedade, deixou desprotegidos os menos favorecidos, ou seja, aqueles que efetivamente precisam da assistência judiciária.

Quero parabenizar o presidente Tullo Cavallazzi Filho, todos os advogados. Inclusive na última quinta-feira esteve o presidente nacional da OAB, já que a OAB também está encampando o movimento por mudanças na política brasileira contra financiamento público de campanha...

É mais um ônus que se quer jogar à custa do cidadão brasileiro. A OAB tem-se manifestado contra a reeleição. Então, o projeto que a OAB defende está em consonância com o que a população brasileira tem pedido e quer na política brasileira. Nós todos temos o dever de ajudar a criar um país melhor, diferente, e de fazer as mudanças que toda a população quer.

Parabéns à OAB por esse movimento em nível nacional e pela comemoração do Dia do Advogado, no dia 11, coincidindo com o Dia dos Pais neste ano. E ouvi colegas advogados dizendo que, na verdade, como se empenham pelas causas do cliente como se fossem suas, são quase como pais para os clientes. Assim, parabenizo a OAB e os advogados pela atuação em defesa da sociedade, principalmente dos mais necessitados e menos favorecidos.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, hoje pela manhã houve uma reunião da Mesa Diretora, e o deputado Dado Cherem entregou à Presidência um expediente declinando da indicação, na qualidade de suplente, como representante da Assembleia para constituir a Comissão Especial de Estudos da Unale, que tem como finalidade a elaboração de uma proposta sintética de posição dos parlamentares estaduais em relação à reforma política a ser encaminhada ao Congresso.

Deputado Dado Cherem, entendi que o seu declínio deu-se em decorrência da sua decepção pela forma como as coisas estão acontecendo. Conhecendo bem v.exa. imagino que tenha desanimado em ver a coisa caminhando como está.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Na verdade, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. tem razão. Fiquei profundamente decepcionado com a votação debochada que houve no Congresso, em abril, a respeito do relatório do deputado Fontana a respeito da reforma política, depois de um acordo de lideranças para que pelo menos a unificação do calendário eleitoral entrasse em pauta. Foi acordado por todos os partidos, inclusive pelo nosso partido, e o que vimos foi uma noite de deboche contra o sentimento popular de sequer o acordo ser cumprido. Daquele dia em diante cheguei à conclusão de que não se estava levando a sério a reforma política. E agora novamente fui convidado pela Unale para fazer parte da comissão e declinei até em respeito a tudo aquilo que acreditamos e pregamos em Santa Catarina.

Então, deputado Nilson Gonçalves, eu não tenho mais vontade de fazer parte desse grupo, porque a Unale foi desrespeitada. Então, por mais que a Unale se esforce, traga o debate, traga as

propostas, a legitimação da reforma cabe ao Congresso Nacional.

Eu confesso ainda que a reforma política seja importante, a unificação do calendário é mais importante ainda. Mas acredito que do jeito que está indo somente com uma pressão muito forte como aconteceu agora.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Era o meu sentimento, deputado, quando conversávamos na Mesa Diretora, pela manhã. Eu me expressei dessa forma também, porque deve ser um sentimento de desolação que bateu no deputado Dado Cherem que acabou declinando dessa indicação, que está em aberto, inclusive, e vai ter que ser preenchida por outro deputado.

Existem quatro pontos fundamentais que deveriam ser levados adiante e deveriam ser discutidos para a próxima eleição. São quatro pontos fundamentais. Um deles prevê a coincidência numa só data para os pleitos de todas as esferas, isto é, teríamos eleição apenas de quatro em quatro anos. Esse é um item importante que deveria ser discutido e ser levado a sério.

O outro item importante seria a abolição das coligações partidárias na proporcional. E acabariam as negociatas de pequenos partidos, de partidos de aluguel, que na verdade funcionam como partidos de aluguéis em eleições, em todos os níveis. Se discutissem isso com seriedade, para que se acabasse o tal do voto proporcional, aliás, da coligação proporcional, estaríamos tirando uma parte dessa ferida, desse câncer que temos na democracia deste país.

Outro caso que teríamos na pauta da reforma política é o financiamento público de campanha e o voto em lista. Financiamento público, no meu entendimento, é pegar mais dinheiro das pessoas que trabalham e que pagam impostos, para jogar dentro da política, coisa que já se faz hoje, porque os partidos políticos são financiados. Os partidos políticos têm cota financeira, cada um deles. E chegando a campanha política ainda o poder público dá mais dinheiro para as campanhas, como se isso fosse estancar o financiamento

privado. O que vai acontecer é que vai continuar tudo como está e mais o dinheiro público enfiado em campanha política. Essa é a grande verdade, porque o jeitinho vai se dar. O jeitinho vai se dar! E isso é um ponto que precisaria ser discutido.

Um dos pontos principais que deveriam ser discutidos e que tanto se defende por aí, já ouvi muita gente defendendo, é o tal do voto em lista. Defendendo a fidelidade partidária, e somente assim, vamos prestigiar os nossos partidos. E quem vai bater palma, primeiro, será o Sarney, seguido pelo Collor, Renan Calheiros, enfim, todos os caciques deste país devem se reunir para fazer uma grande festa em comemoração ao voto em lista, porque cada um deles vai poder ter a oportunidade de extrapolar, de exteriorizar o seu poder, através das listas.

Aí, sim, vamos ver a vaca ir para o brejo de vez, em termos de política deste país.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado, quero cumprimentá-lo por abordar a reforma política como uma forma de valorizar toda a classe política nacional.

Hoje, como v.exa. colocou, a possibilidade de coligações abertas, extensas, como está tendo hoje, torna refém qualquer partido, até os partidos grandes são reféns do atual sistema, são vítimas. E quem de fato se beneficia é quem tem o quinhão para pagar, bancar. O único grande beneficiário é quem está, hoje, no Poder Executivo, o governo federal, no mandato, esse é o único beneficiário do atual modelo político. E é também aquele que pode de fato promover essa reforma.

Por isso, então é importante v.exa. levantar essa discussão. E isso tem que chegar ao Congresso Nacional e aos ouvidos do maior beneficiário do atual sistema, para fazer essa reforma e beneficiar os partidos políticos, proibindo as coligações.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - E assim acabar com essa coisa horrorosa de ver, por exemplo, um PCdoB coligado com o DEM em determinados lugares, o PT coligado com o PSDB em outros municípios. É uma coisa que não existe sentimento ideológico, aliás, falando em ideologia, poucos entram num partido por uma ideologia. Por exemplo, quantos estão no PCdoB e não têm a menor noção do que é a ideologia do partido comunista? Falam, gritam e levantam a bandeira da democracia, mas não conhecem mais profundamente a ideologia do partido comunista. Quantos que estão em outros partidos e não conhecem a ideologia do partido, vão apenas porque é um bom negócio ir para lá?

Então, essas discussões são muito importantes e, lamentavelmente, vemos um deputado, como o companheiro deputado do DEM, desanimado e pedir para sair dessa representação da Assembleia Legislativa, porque não viu prosperar exatamente nada em termos de objetivo para se chegar a uma conclusão em relação à reforma política neste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas para registrar a presença de vereadores do município de Ponte Serrada, que estão aqui participando do evento relacionado ao exercício de mandato parlamentar e vêm a esta Casa manter contatos para tratar de assuntos de interesse do município.

O presidente da Câmara de Vereadores, Evandro Pavan, acompanhado dos vereadores Abel Conrado e Edivan Antônio Panizzi, seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Sejam bem-vindos, srs. vereadores, à Casa do Povo catarinense.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, amigos da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, a utilização da energia a partir do carvão mineral, que tem tanto a ver com o nosso estado de Santa Catarina e que juntamente com o Rio Grande do Sul e o Paraná reúne reservas que somam 32 bilhões de toneladas, ainda enfrenta críticas de pessoas absolutamente desinformadas e até mesmo preconceituosas, que emitem opiniões sem qualquer base e apenas aumentam análises equivocadas sobre as termelétricas. É lamentável esse amadorismo - para dizer o mínimo - que só presta um grande desserviço não só para Santa Catarina, mas para todo o Brasil.

O foco de nosso pronunciamento é um artigo da ex-ministra e ex-candidata a presidente da República, Marina Silva, na *Folha de S. Paulo*, do dia 26 do mês passado, chamando a energia a partir do carvão mineral de energia do erro, e ainda afirmando que o modelo atual acumula crises, agora com ameaças de retorno da inflação e do desemprego. A opção pelas termoelétricas não ajuda nesse contexto, pois é mais cara do que a eólica e não aponta para um posicionamento do país em relação às tendências tecnológicas, diz Marina.

O assunto repercutiu também na Câmara dos Deputados. Um dos que criticaram esse artigo amadorístico e sem fundamento foi o deputado federal Edinho Bez. Ele critica o artigo que diz estar eivado de meias verdades, principalmente quando Marina Silva afirma que o modelo energético acumula crises. Pergunta Edinho: "A qual modelo ela se refere? Provavelmente, ao modelo mundial, este sim, acumula crises desde 2008, como é do conhecimento de todos".

O Brasil tem atravessado essa área de turbulência com menos sofrimento do que a maioria dos países desenvolvidos, e o nosso modelo vai muito bem, apesar de sentir os reflexos da crise mundial, como todos os demais países, fruto de um mercado externo em recessão.

Dizer que as térmicas a carvão são mais caras do que as eólicas é desconhecer a realidade ou distorcê-la propositalmente. Repetimos: No mundo, 41% da energia elétrica gerada é feita por usinas térmicas a carvão, e países com elevada base térmica a carvão como a Polônia(88%), Austrália (76%), África do Sul(94%) e a China têm energia competitiva. Por outro lado, a Espanha, com pesados investimentos em energia eólica e solar, pagará um elevado preço à sua economia por subsidiar essas fontes. Cito ainda a Alemanha que ao reconhecer o menor custo e a necessidade de energia firme está inaugurando 5.300mw de usinas a carvão, este ano, e hoje questiona o elevado custo de sua energia com pesados subsídios aos renováveis.

Na sua resposta à Marina Silva, destaco que os bancos multilaterais de fomento não dizem não ao financiar usina a carvão, mas apenas firmam um compromisso com a eficiência e atendem ao disposto na Conferência Rio+20, quando destacam que financiarão usinas a carvão sempre que for necessário para a segurança energética e para o desenvolvimento dos países.

Um dos pontos mais atacados pelos críticos das termoelétricas é quando às emissões do gás CO<sub>2</sub>. Ora, para se ter uma ideia, em 2010 as emissões de energia elétrica no Brasil foram de 62gCO<sub>2</sub>/Kwh, cerca de oito vezes menos que as emissões dos Estados Unidos, visto que temos cerca de 84% de renováveis em nossa matriz. Naquele ano, o carvão nacional, com um parque instalado de 1.765mw, emitiu 1,88% das emissões dos setor de energia, sendo apenas 0,60% do total.

Mesmo que tenhamos, em 2030, 14GW de carvão, ainda assim teremos uma matriz com 81,27% de renovável, e as emissões de energia elétrica serão somente 3,77% do total, algo invejável no mundo.

Portanto, enfatiza Edinho, não existem razões de lógica ambiental para sermos contra os fósseis na geração de energia, pois suas emissões são irrelevantes no Brasil, em relação ao mundo.

É preciso ressaltar, ainda, que a entrada do carvão na matriz energética brasileira como fonte de oferta segura de energia, caso venha a ocorrer no próximo Leilão A-5, significará emissões da ordem de 0,63% das emissões de energia em 2020, mas representará a segurança do subsistema Sul que apresenta características bastante específicas, comparativamente aos demais subsistemas do Sistema Interligado Nacional - SIN -, como aleatoriedade das afluências e baixa relação contra capacidade de máximo armazenamento e carga a ser atendida.

Isso sem esquecer que o setor carbonífero brasileiro está na vanguarda de pesquisas voltadas para inovações tecnológicas, centradas no Centro de Tecnologia de Carvão Limpo, instalado em Criciúma, graças ao esforço do Sindicato da Indústria da Extração do estado de Santa Catarina, com o apoio do ministério da Ciência e Tecnologia, da Fapesc e Eletrobras, com o apoio do Departamento de Energia dos Estados Unidos.

Fazer críticas gratuitas ao aproveitamento da energia do carvão mineral, além do mais, é desconhecer o papel dessa fonte de energia estável, segura e abundante, como vetor de uma importante cadeia produtiva - produção de plástico, etanol, fertilizantes e combustíveis raros.

Aqui vale também, sr. presidente, uma pergunta: Quando houver estiagem e inviabilizar a nossa matriz energética, como ocorreu no final do ano passado um colapso eminente de apagão e no início desse ano, de qual recursos podemos nos socorrer? Por essa razão o carvão é energia firme, gera desenvolvimento e progresso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -  
Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Passaremos à Ordem do Dia.

Sr. deputados, chega a esta Presidência um requerimento do deputado Maurício Eskudlark, assinado por vários deputados, que cria a CPI composta por sete membros, com relação à municipalização das águas. E vou ler esse documento:

(Passa a ler.)

"Prezado senhor,

A presente missiva é apresentada com fundamento no § 3º do art. 41 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em razão da dúvida sobre o fato determinante apontado no requerimento de instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como CPI das Águas (processo n. 0849.9/2013). Ressalta-se que não se trata propriamente de oposição à CPI, porém de dúvida, haja vista que, pelo que se depreende do requerimento da CPI, pretende-se investigar 'municipalizações' dos serviços de saneamento básico de uma maneira genérica, sem apontar quais seriam as referidas municipalizações e quais as razões ou suspeitas de ilegalidade no tocante a cada uma das referidas municipalizações. Parece que o espectro da CPI foi definido de modo geral e abrangente, indo para além da 'apuração de fato determinado', conforme previsto na Constituição Estadual e no *caput* do art. 41 desta Casa.

Aproveito o ensejo para solicitar que se remeta à comissão de Constituição e Justiça o esclarecimento de como esta CPI pode ser processada, acaso admitida, especialmente porque pretende investigar contratos firmados por municípios e custeados com recursos municipais, sem participação do estado. A dúvida diz respeito à competência da Assembleia Legislativa para investigar fatos que dizem respeito às administrações municipais e, nesse sentido, qual seria a competência para convocar prefeitos e demais autoridades municipais.

Termos em que pede deferimento.

Na certeza de sua especial atenção, subscrevemos o presente com nossos cordiais cumprimentos." [sic]

Florianópolis, em 13 de agosto de 2013

Atenciosamente,

(a) Maurício Eskudlark

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu queria dialogar com v.exa. sobre a oportunidade jurídica da apresentação dessa peça, porque ontem a diretoria legislativa desta Casa nos assegurou que o momento para suscitar isso era o momento que o presidente dava o aceite. O aceite foi feito em Plenário e, portanto, naquele momento se esgotou a oportunidade jurídica de se levantar a discussão sobre o fato determinado, e é preciso que se diga, subscrito por um deputado que assinou a CPI, o que é muito estranho. O deputado assinou a CPI e agora questiona a própria CPI.

De outro lado - e eu estou argumentando aqui, sr. presidente, regimentalmente, amparada na fala da Diretoria Legislativa desta Casa -, esse documento já perdeu o seu momento processual, ele já está precluso, que é o termo legal correto. De outro norte, ele também não especifica, diz que não é contra CPI, mas tem dúvida do fato...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Concedo mais 30 segundos a v.exa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, a matéria é subscrita por 19 parlamentares. Eu peço a v.exa. que me permita, ao menos, o tempo da argumentação, porque estou suscitando um problema regimental. Então, que v.exa. me permita, pelo menos, defender a argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputada, regimentalmente, temos o tempo determinado. E há duas coisas: esta Presidência está com o documento que chegou à mesa, datado ontem pela Presidência da Casa, o deputado Joares Ponticelli. A assessoria legislativa informa que

no Regimento não consta absolutamente nada em relação a ter ou não o aceite desse documento.

Esta Presidência vai determinar que esse documento seja enviado para a comissão de Constituição e Justiça, e todos esses assuntos poderão ser discutidos na comissão, quando os membros estiverem tratando desse assunto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, estou fazendo uma argumentação regimental de que ele não pode ir para a comissão de Constituição e Justiça porque foi dito pela Diretoria Legislativa... Não estamos falando somente de Regimento aqui. Estamos falando de adotar um procedimento que contraria a própria Diretoria Legislativa falar da onde... Foi esta parlamentar que propôs a CPI, sr. presidente. E, portanto, não cabe ir para a CCJ para dizer o que vai ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputada, o que cabe ao entendimento do presidente sobre o Regimento? Ele foi aceito, e nem foi pela assessoria legislativa. O documento tem a assinatura do deputado Joares Ponticelli, presidente desta Casa. Ele interpretou que deva ser mandado para a comissão de Constituição e Justiça. Está assinado, se v.exa. quiser ver, com a data de ontem. Então, portanto, faz-se conforme está escrito aqui no documento.

A SR. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, mas tenho a prerrogativa regimental de apresentar esse recurso, e que estou apresentando, no sentido de que esse documento é extemporâneo. E no momento em que o presidente deu o aceite, esgotou-se o momento de receber e ele não pode ir para a comissão de Constituição e Justiça. É essa a argumentação que estou fazendo porque, inclusive, eu me amparo no que disse a Diretoria Legislativa desta Casa: que o momento do aceite esgota o momento de um líder ou o próprio presidente da Casa invocar a possibilidade regimental de envio à comissão de Constituição e Justiça. O que estou argumentando é que não pode ir para a comissão de Constituição e Justiça e faço esse recurso aqui no plenário, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputada, volto a dizer que a interpretação que vale é a do presidente. Ele recebeu ontem, interpretou assim, encaminhou para a comissão de Constituição e Justiça, que é o que será feito.

Muito obrigado!

Temos alguns vetos na pauta da Ordem do Dia, mas, pela questão do quórum, ficarão para a próxima sessão.

A Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0226/2012; 0240/2013; 0270/2013; 0276/2013; 0278/2012; 0289/2013; 0302/2013; 0318/2013; 0322/2013; 0351/2013; 0359/2013; 0361/2013; 0384/2013; 0425/2013; 0427/2013; 0461/2013; 0462/2013; 0507/2010; 0574/2012; 0580/2012; 0596/2012; 0630/2012 e 0642/2012.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0106/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que determina a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Projeto de Lei n. 0219/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que institui o Dia do Produtor de Tabaco.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Projeto de Lei n. 0346/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que denomina José Buss o Centro de Educação Profissional - Cedup, do município de Rio Fortuna.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0132/2013, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Urussanga (Secretaria de Agricultura e Fundação de Meio Ambiente).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0134/2013, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de São Bernardino (implantação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0136/2013, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município do Presidente Getúlio (atividades educacionais pré-escolares).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0137/2013, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Biguaçu (desenvolvimento das atividades da comunidade e da EEB Cônego Rodolfo Machado).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0201/2013, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no

município de Quilombo (construção do Complexo de Segurança Pública).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0203/2013, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Guabiruba (implantação do Programa de Parceria Educacional Estado-Município).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0016/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Associação Multiplicadora de Pesquisa, Ensino e Resgate em Emergência (Ampere), com sede no município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0181/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos de Jesus (Acaje), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0191/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que declara de utilidade pública o Instituto Terezinha Gaio Basso - Casa de Apoio, com sede no município de São Miguel d'Oeste.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0195/2013, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais Desamparados (APAD), de Rio do Sul.

Conta parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0218/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a Associação Olindina Kammer, de São João Batista.

Conta parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0044/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do Estado de Santa Catarina, onde haja consumo de bebidas, disponibilizarem canudos plásticos higienizados e embalados individualmente e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Conta parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0098/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui a Semana Estadual da Cidadania, no âmbito do estado de Santa de Catarina.

Conta parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0115/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que denomina Idegar Dalmagro o ginásio de esportes da Escola Básica Alberico Azevedo, do município de São Miguel d'Oeste.

Conta parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0192/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que dispõe sobre a instituição do Dia do Ecumenismo, no estado de Santa Catarina.

Conta parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0229/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Dinamar Baldissera o ginásio de esportes anexo à Escola de Educação Básica Salustiano Antônio Cabreira, pertencente à rede pública estadual e situado à avenida São João, no município de Faxinal dos Guedes.

Conta parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvo Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente!

Como v.exa. dará sequência, agora, às indicações, primeiro, cumprimento-o pelo seu raciocínio rápido em recordar a base eleitoral de alguns colegas deputados, inclusive o ex-presidente da Casa e, segundo, registro aqui a presença do nosso vereador Fabrício Lazzari de Oliveira, mais o segundo secretário, de Itapema.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa, que também está em Ponte Serrada, sua base eleitoral.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu peço vênua, sr. presidente, porque quero na mesma esteira do deputado Neodi Saretta cumprimentar os vereadores de Ponte Serrada, que acompanham o presidente da Câmara de Vereadores, sr. Evandro Pavan.

Desejo a vocês que tenham uma boa estada aqui no nosso Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários a Indicação n.: 0499/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0850/2013 e 0853/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0851/2013, de autoria do deputado Dirce Heiderscheidt; 0852/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Requerimento n. 0854/2013, de autoria do deputado Taxista Voltolini, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das empresas de telefonia celular no estado, pedindo a instalação de antenas de telefonia móvel nas localidades de Barra São João, Liberdade, Santa Maria e Alto Benedito Novo, no município de Benedito Novo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, sobre a mesa há um requerimento assinado por todas as lideranças, de autoria do deputado líder do governo Aldo Schneider, que requer no dia de hoje a suspensão da sessão, por até dez minutos, para a manifestação do prefeito municipal de Pomerode, sr. Rolf Nicolodelli, acompanhado da comitiva da

miss Santa Catarina de 2013, Francielli Brito Kloster, que visitam a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras., deputadas e quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, quero aqui participar do debate apresentado pelo deputado Renato Hinnig, que fala da mobilidade urbana e do projeto que ele nos apresentou, para que na construção de novas rodovias ou na revitalização das atuais rodovias estaduais seja estabelecida a necessidade de criação de ciclofaixa para incentivar a mobilidade através de bicicletas, por duas rodas, como forma de criar a cultura para o desenvolvimento da saúde.

Ele dava como exemplo a possibilidade de num domingo pela manhã ir passear com a família de bicicleta até São Pedro de Alcântara, e eu brinquei naquele momento, porque, na nossa faixa etária, daqui até São Pedro de Alcântara fica um pouco puxado para fazer o trajeto de bicicleta. Mas claro que quem estiver em forma pode fazê-lo.

Continuando, ampliando esse debate que é muito importante, a mobilidade urbana é dar condições para que os ciclistas possam usar não só nos finais de semana e a passeio, como entretenimento, como exercício físico, como lazer, mas também como meio de transporte cotidiano, a bicicleta pode ser com certeza um excelente instrumento, é uma cultura nova, que precisa se criar na sociedade brasileira e mundial.

Se tivermos na região central da capital, num eixo de dez quilômetros, em volta do centro, ciclovias efetivas e que garantissem condição de uso, com quantidade grande de usuários, também com a segurança necessária, porque uma ciclovia que fica cortando em cima das faixas de pedestres, nas

entradas e saídas de veículos, a cada 50 metros, com certeza não é segura para quem vai usá-la, ou então separada das pistas de rolamento dos carros, apenas por uma pintura feita no chão, é claro que não vai oferecer segurança para os usuários.

Tenho apresentado e debatido muitas vezes nesta tribuna a importância da Ponte Hercílio Luz para a mobilidade da capital catarinense.

Se a Ponte Hercílio Luz estivesse aberta para a circulação de bicicletas e pedestres, com certeza iríamos diminuir mil veículos, mil automóveis, todos os dias, pelas duas outras pontes, a Ponte Pedro Ivo Campos e a Ponte Colombo Sales. Milhares de pessoas que trabalham no centro, e moram no continente, na parte continental de Florianópolis, ou até vice-versa, que é menos, mas que também tem, com certeza essas pessoas viriam de forma mais rápida e sem custo algum, de bicicleta, até Florianópolis, e até caminhando, se efetivamente houvesse segurança e condições para isso.

Nós temos a Ponte Hercílio Luz, fechada há 23 anos. Ao longo de todo esse tempo muito dinheiro se investiu, e todos os governos fizeram propaganda pela recuperação da Ponte Hercílio Luz.

Nós fizemos um pedido de informação, aprovado neste plenário, que foi enviado a diversos órgãos responsáveis, inclusive, para nos dar informações. Por isso, alguns órgãos têm a responsabilidade, dentre outras, de dar informações à Assembleia Legislativa, quando são feitas algumas perguntas que lhes dizem competência.

Até o momento não tivemos nenhuma informação. O pedido de informação que fizemos é de quanto dinheiro foi gasto na Ponte Hercílio Luz nos últimos dez anos. Essa parece ser a pergunta mais difícil que existe no mundo para se responder, porque a resposta não chega.

Tivemos a oportunidade de trazer a esta tribuna o professor Lúcio, para falar da Ponte Hercílio Luz - e essa é uma posição cada vez mais forte da sociedade civil organizada, que está preocupada com a qualidade de vida, com o meio ambiente, com o patrimônio histórico e cultural na

capital - e da proposta de que a ponte seja encampada pela união e que o Exército brasileiro assumira a responsabilidade de restaurá-la.

Avalio, de minha parte, que o dinheiro gasto até hoje na Ponte Hercílio Luz para que ela continue sem serventia, vamos dizer num termo interiorano, com certeza daria para fazer outra ponte igual. Mas não temos essas respostas a esse pedido de informação.

Quero, e não poderia ser diferente, deputada Ana Paula Lima, contribuir no debate que v.exa. apresentou no começo da sessão a respeito da dificuldade que tenho de imaginar e de acreditar que este Poder Legislativo vai deixar morrer no silêncio a necessidade de investigar, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o que tem ocorrido na Celesc, na Companhia de Energia Elétrica do Estado de Santa Catarina, nos últimos anos.

As matérias publicadas pela *RIC TV* na última semana e final de semana são elementos suficientes para que haja uma CPI nesta Assembleia. O produto e a fonte são a auditoria feita pela própria administração da Celesc, que mostra um rombo de cinco milhões e novecentos mil em nota fria, e do outro fenômeno falado no mesmo período de 51 milhões que certa empresa chamada Monreal recebeu supostamente para fazer cobrança.

Agora, na tarde de hoje, deputada Angela Albino, houve o primeiro vento indicando a intenção, talvez, de sepultar a CPI, aberta ontem, das águas.

E lá na Câmara Municipal de Palhoça dizem que não vão fazer CPI porque a Assembleia vai fazer. E agora só falta esta Casa dizer que não vai fazer porque cabe à Câmara da Palhoça fazê-la. Na verdade, é uma mistura de praticamente todos os partidos políticos em coligações, que se combinam aqui e acolá, aqui ou em Palhoça, e em outros lugares também, em prejuízo da sociedade catarinense.

Queremos dizer que esse silêncio todo nos atordoia, mas mesmo atordoados temos que permanecer atentos. Não é possível que o Poder Legislativo de

Santa Catarina não queira, abdica, renuncie de cumprir uma de suas obrigações institucionais. Fechemos as portas deste Poder, se ele não quer cumprir com a obrigação que a Constituição lhe confere e cumprir com o juramento que todos nós fizemos aqui. Aí é evidente que temos mesmo de ser vaiados na rua.

É evidente que quando se levanta a juventude, os trabalhadores, as massas populares e a classe média, temos que fechar as portas deste Poder mais cedo, antes de começar a manifestação.

Não é possível que as coisas que indignam tanto a maioria da população, como indignaram no mês de junho último, possam passar aqui como se fosse nada, como se fosse um assunto de responsabilidade de outrem, e os outros vão dizendo, agindo da mesma forma nos outros Poderes. Simplesmente é inaceitável que continue desta forma.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, a próxima oradora inscrita é a deputada Angela Albino.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Não poderia deixar de começar esse tema sem dizer do assombro para quem está em casa que o Parlamento não tem 30 segundos para debater uma CPI! Porque foi isso que aconteceu, deputados, foi isto: operou-se dentro desta Casa para derrotar uma CPI e depois SE concede dez minutos para discutir aqui a *miss* Santa Catarina e torcer para que ela vire *miss* Brasil.

É este o Parlamento catarinense!

Digo isso, senhores, porque nós, legitimamente cumprindo os ritos que a Casa exige, que a legalidade exige, colhemos 19 assinaturas para formar a CPI das Águas. Foram 19, ou seja, cinco

além das 14 necessárias. Depois disso, portanto, não antes, o *Diário Catarinense* publicou a fala de dois empresários que disseram que a raiz onde ganhou a licitação dos editais tinha os mesmos erros de português em diversos municípios.

Assim, ou temos um caso de mediunidade coletiva aqui, assombrosa, sem precedente na história, ou tem angu nesse caroço. Tem angu num caroço de uma empresa que ganha dessa forma a licitação. Operam em outros municípios sem licitação. E em outros em que é derrotada na licitação, como na região de Jaraguá do Sul, Corupá, Massaranduba e outras ali do entorno, são subcontratadas para fazer os serviços.

Se dissemos que não tem fato determinado nisso; se dissemos que não tem interesse público a ser defendido nisso, tem razão o deputado Sargento Amauri Soares quando disse: "Temos que ter vergonha de sair às ruas".

Temos que ter vergonha de sair às ruas porque eu vi esperança em quem viu a Assembleia Legislativa dar uma resposta às ruas e dizer: Olha, esta Casa que se furta várias vezes de fazer CPI, esta Casa que várias vezes frustrou expectativas não vai se negar aos fatos que demonstram o município vizinho da capital dos catarinenses, onde foi preso o agente público, onde foi preso o empresário, vários dias presos, onde um homem legitimamente eleito pela vontade popular do povo de Palhoça foi derrotado pelo presidente do seu partido, no município, depois de eleito, caso inédito da República, porque disse que ia acabar com as Águas de Palhoça.

Foi isso que derrotou o Ivon de Souza, porque o mesmo presidente municipal do PSDB era o presidente que estava à frente das Águas de Palhoça, no governo de Ronério Heiderscheidt, no governo de Nirdo Artur Luz, o Pitanta, e no governo de Camilo Martins, que a Gaeco mandou prender, que o Ministério Público mandou prender e que o Judiciário disse que tinha que ficar preso.

E não vamos dizer qual é o fato determinado que está em discussão, senhores?

Ontem, ficamos o dia inteiro em contato com a diretoria legislativa. E aqui quero abraçar fraternalmente as pessoas que integram o mandato que represento e que ficaram o dia inteiro em função disso.

Nunca apareceu documento nenhum de requerimento. Tivemos um ato jurídico perfeito e acabado. Na hora em que o presidente deu o aceite, nenhum líder se levantou, e aquele era o momento jurídico de fazer isso.

Quando dizemos que tem que ir para um órgão fracionário, que é a comissão de Constituição e Justiça, que ninguém tenha a impressão de que estamos tentando discutir alguma coisa, porque estamos é vendo a força de quem não queria a CPI e atrapalhou-se. Estava tomando cafezinho na hora em que assinou. Não sabe o que assinou e agora quer saber da CPI, como se procede agora. Não tem previsão regimental de perguntar à CCJ como a CPI se comporta. Tem previsão regimental de a CPI ser submetida a um questionamento de líder para ir à CCJ. Isso tem no momento do aceite do presidente, em nenhum outro momento. Portanto, não estou invocando aqui somente os fatos. Estou invocando o Regimento que juramos defender, além das tantas promessas tão cálidas que fizemos, todos, ao longo das campanhas.

Esta Casa teve um momento de celebração. Ontem e hoje pela manhã atendi a rádios do estado inteiro. E talvez isso tenha ajudado a derrotar a CPI. Hoje recebi ligações do estado inteiro comemorando que iríamos investigar isso, como o caso de Capivari de Baixo. Tubarão fornece água para Capivari e por um dinheiro ínfimo compra o mesmo serviço de Capivari. E adivinhe qual é a empresa que está em Capivari? Quem está em casa e diz que a empresa raiz que opera aqui opera lá e que todos os contratos estão com problemas acertou. Também lá em Capivari de Baixo acontecem esses problemas. Também houve o processo de municipalização que não trouxe um metro de cano enterrado para o povo catarinense.

Aqui, em Palhoça, o prefeito chegou a ter o desprante de dizer que o dinheiro das Águas de

Palhoça vai para o caixa geral do município e ali abastece inclusive a folha de pagamento, que não pode perder as Águas de Palhoça porque aí não tem como pagar. É o mesmo que o governo do estado dizer que agora o dinheiro da Casan e da Celesc virá para o caixa geral para pagar os professores, os outros funcionários públicos, da Saúde, da Segurança.

É claro que estou discutindo aqui uma questão regimental. Esse documento não existia até ontem, até o último momento em que fechamos os trabalhos no gabinete. E aparece misteriosamente hoje, datado de ontem, subscrito por um parlamentar que foi um dos primeiros a assinar a CPI e a bater foto dizendo que assinou a CPI.

Tenho certeza de que muito se comemorou a assinatura do deputado Maurício Eskudlark no documento. Eu, particularmente, comemorei muito, porque mostrou a disposição de um líder de não ter medo de investigação. Se reconheci, naquele momento, que o líder assim procedeu, o que posso pensar agora? O que vamos dizer para as pessoas que disseram: "Que bom, a Assembleia Legislativa que nunca faz uma CPI não vai deixar de fazer essa CPI! Essa não! Essa está muito na cara!" E hoje os jornais ainda diziam que apenas por se dizer que vai haver CPI pessoas estão trazendo mais documentos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Realmente esse requerimento do líder do PSD surpreendeu a todos, lido na sessão de hoje. Na noite de ontem muita coisa aconteceu em surdina. Então, lamento que algumas pessoas neste Parlamento, que assinaram a CPI, estejam questionando agora o objeto. O objeto está aí, o objeto vem de todos os municípios que estão denunciando o que está acontecendo com algo tão precioso, como é a distribuição da água, que está sendo feita por empresas privadas. E quando dizem que na CPI das Águas não tem objeto de investigação, eu, como membro da comissão de Constituição e Justiça, vou

defender que, sim, há objeto de investigação e por isso a CPI deve ser instaurada. Mas no caso da Celesc há objetos de investigação, que são as denúncias que temos vivenciado nos últimos dias, que este Parlamento já tinha conhecimento.

Mas uma das funções do Parlamento catarinense é ser o guardião de algo público. É ser guardião do dinheiro público. Essa é a nossa função.

Então, não sei por que ter medo dessas investigações. Ninguém está acusando, ninguém está defendendo ninguém. Nós queremos é esclarecer para a população como esses casos estão acontecendo.

Por isso eu sou solidária. A bancada do Partido dos Trabalhadores assinou e vai manter as assinaturas nessa CPI, nesse requerimento para a instalação da CPI. E nós que temos duas cadeiras na comissão de Constituição e Justiça estaremos defendendo a instalação da CPI das Águas.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Deputada, dada a elevada condição de v.exa. no seu mandato, não esperava nada menos do que isso, da sua solidariedade e da sua ação na comissão de Constituição e Justiça.

Já aproveito que estamos falando de legalidade para mencionar o voto de Mandado de Segurança do ministro Celso Mello, julgamento do Supremo Tribunal Federal, de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade do regimento da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, que diz:

(Passa a ler.)

"[...] Requisito que não encontra respaldo no texto da CB. Simetria. Observância compulsória pelos Estados-membros.[...] O modelo federal de criação e instauração das comissões parlamentares de inquérito constitui matéria a ser compulsoriamente observada pelas casas legislativas estaduais. [...] Não há razão para a submissão do requerimento de constituição da CPI a qualquer órgão da Assembleia Legislativa." [sic]

Esse é o voto do ministro Celso Mello perante o Supremo Tribunal Federal. Portanto, tem efeito e é de nossa obrigação compulsória.

Num momento que o Regimento permite que os líderes invoquem, nós podemos fazer uma discussão.

Depois desse momento aceito, depois do aceite do presidente, temos a configuração de um ato jurídico perfeito, portanto, intocável. Então, remeter à comissão de Constituição e Justiça é uma afronta à esperança do povo catarinense na Assembleia Legislativa. É uma afronta à constitucionalidade e é uma afronta ao Regimento.

Que pena que as misses tenham mais tempo para falar aqui do que os parlamentares, quando da discussão de um tema como a Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas não vamos desistir. Vamos batalhar também para mudar esse entendimento e para que a CCJ reconheça esse erro.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, primeiro quero fazer um registro a respeito de um evento que ocorreu na segunda-feira, pela manhã, em São Bento do Sul, que tratou da comemoração de 30 anos da Univili, no município. São 48 anos da fundação educacional da região de Joinville, que daqui a dois anos comemorará 50 anos.

Quero destacar a importância, ou seja, a relevância da universidade para uma microrregião, em que pese ser uma universidade comunitária, ela não é pública, que trouxe para a nossa cidade, em primeiro lugar, a oportunidade para muitos jovens e também para adultos como eu, porque ingressei na universidade com 33 anos, em São Bento do Sul, porque antes quem tinha a oportunidade tinha que ir a Joinville, Blumenau ou Curitiba. Então, poucas pessoas tinham poder aquisitivo para isso. As rodovias na época tinham trechos sem pavimentação e dificultavam mais o transporte coletivo.

A partir de 1983, ano em que se instalou em São Bento do Sul, inicialmente com o curso de Administração e 40 alunos, tive a oportunidade de ingressar na segunda turma após terem iniciado com o curso de Administração. Hoje, se não me engano,

são cinco cursos disponibilizados não apenas para o município, mas para toda a região do planalto norte. E com isso, além de dar oportunidade do estudo local, oportunizou também o desenvolvimento, através do conhecimento, para as pessoas. E automaticamente elevou-se o nível de conhecimento nas empresas industriais, comerciais, na prestação de serviços e em outras atividades.

Na época tive a oportunidade de ser prefeito do referido município, colaborando com a infraestrutura, de tal sorte que hoje é uma universidade que está consolidada e cada vez mais procurada, com mais cursos. Na verdade, deu essa grande oportunidade de levar o desenvolvimento, o conhecimento, o saber e oportunizar às pessoas e às empresas um conhecimento maior, dando mais condições para competir nesse mercado globalizado.

Sr. presidente, quero crer que considero relevante a votação de ontem no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara dos Deputados, de uma matéria que há muito tempo estava em debate. E acompanhávamos e acompanhamos quando um deputado federal destinava uma emenda a uma prefeitura ou mesmo a alguma instituição, como a um hospital, mas mais para as prefeituras. Muitas vezes dois anos ou mais depois de já executada a obra pela empresa ainda não tinha recebido, por conta de que o governo liberava quando o interessava. E a Câmara de Deputados em uma votação expressiva votou, no dia de ontem, o Orçamento Impositivo, defendido aqui também por deputados federais catarinenses. Lembro-me, entre a grande maioria que votou a favor, em especial do Esperidião Amin que foi um dos idealizadores dessa ideia e desse projeto de fazer com que o Orçamento fosse transformado em impositivo.

O que é Orçamento Impositivo, até para o telespectador da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital entender? É aquela emenda que o deputado federal faz, coloca no Orçamento da união e que há um valor significativo. Portanto, o deputado faz a sua emenda destinando recursos para os municípios. E como não era impositivo, o deputado fazia a emenda e destinava, um exemplo hipotético, R\$ 300

mil para um determinado município. E o prefeito se organizava, fazia o projeto, executava a obra e esse dinheiro, na verdade, muitas vezes, como disse, levava dois anos ou três anos para ser pago, o que gerava um prejuízo enorme e, muitas vezes, com muita dificuldade.

Esse era o modelo até o dia de ontem, e esperamos que o projeto que foi votado ontem seja sancionado pela presidente, porque a partir de então, ao entrar em vigor, não mais poderá fazer a emenda e não pagar.

Fez a emenda orçamentária, obrigatoriamente o governo vai ter que pagar essa emenda que foi efetuada pelo deputado, caso contrário, vai para o contingenciamento, ou seja, falta orçamento, então, vamos contingenciar até uma próxima oportunidade, e às vezes a próxima oportunidade levava muito tempo para acontecer ou nem acontecia. Agora, evidentemente que com essa nova lei aprovada, que vai ainda para o Senado e posteriormente para a sanção da presidente Dilma Rousseff, à medida que for contingenciada a emenda do deputado, também na mesma ordem haverá de haver o contingenciamento do orçamento do Poder Executivo, ou seja, do governo federal.

Eu tenho a certeza de que a democracia fortaleceu-se com esse projeto de lei aprovado, porque não há mais aquela condição de o governo liberar na hora que interessa, por conta de uma votação importante para o Executivo, porque ao longo desses anos os próprios deputados federais ficavam reféns do Executivo, por conta de matérias de interesse que o Executivo tinha e tem ainda na condição de liberar, se votasse a favor.

Portanto, é um processo muito democrático e recomendável para um bom andamento do próprio Executivo que vai poder cumprir também com os seus compromissos, uma vez que está no Orçamento. E para os deputados evidentemente também será um avanço, porque à medida que destina a emenda, tem certeza de que ela será executada. E será melhor, mais seguro e mais democrático ainda para as prefeituras ou para aquelas entidades que serão contempladas, porque terão uma segurança maior à

medida que for executada a obra, os equipamentos. Seja o que for adquirido também poderá contar com os recursos para tal ato.

Meus cumprimentos à Câmara Federal, aos deputados e em especial aos catarinenses que votaram a favor dessa matéria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck. Não há mais oradores inscritos. E com todo o respeito à deputada Angela Albino, gostaria de deixar registrado que esta Presidência, ou este deputado na Presidência desta sessão hoje, nada mais fez do que cumprir rigorosamente o nosso Regimento Interno, porque s.exa. disse da tribuna que esta Casa dá mais espaço à miss 2013, de Santa Catarina, da cidade de Pomerode, do que à discussão.

Quanto ao espaço à miss 2013, Francielle Brito Kloster, que está em visita a esta Casa, juntamente com a comitiva do município de Pomerode, foi dado, porque está no Regimento Interno. Houve 48 horas da inscrição anteriormente. Já estava assinado o requerimento por todas as lideranças, inclusive por v.exa., para a vinda da miss a esta Casa Legislativa. É só para deixar claro e para que não fique dúvida a quem está nos acompanhando, porque daqui a pouco estarão dizendo que a nossa Casa está quebrando o Regimento Interno. E daí vou dizer que como deputado assinei a CPI. Está lá a minha assinatura e não a tiro.

Faço esse esclarecimento só para não haver dúvidas.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, inclusive eu fiz questão de dizer que era esta Casa. Eu não disse que era o presidente da sessão, porque sei que v.exa., antes de formar

as 14 assinaturas, assinou a CPI. E sei que tem colaborado e preocupado-se com a CPI. Eu não disse que era v.exa. exatamente por esse zelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.